

PARA UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA: O BRASIL E A OFENSIVA NEOLIBERAL

FOR A CONJUNCTURAL ANALYSIS: BRAZIL AND THE NEOLIBERAL OFFENSIVE

PARA UN ANÁLISIS DE COYUNTURA: BRASIL Y LA OFENSIVA NEOLIBERAL

Renato Tadeu Veroneze

Assistente Social, Especialista em Educação, Metodologia e Didática do Ensino Superior, Especialista em Filosofia Contemporânea, Mestre e Doutor em Serviço Social. Membro do Comitê Científico de Serviço Social do Centro de Investigação de Estudos Transdisciplinares (CET) Latino americano da Bolívia e membro do Núcleo de Pesquisa sobre Identidade (NEPI) da PUC-SP, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Martinelli.

RESUMO

Este artigo busca fazer uma análise de conjuntura do Brasil pós-processo de redemocratização, destacando as crises estruturais e político-econômicas que tomaram conta do país nos últimos anos, bem como os principais vetores que impulsionaram a crise política e econômica no Planalto Central.

Palavras-chave: Brasil, Capitalismo, Crise Estrutural.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the conjuncture in Brazil after the process of redemocratization, highlighting the structural and political-economic crises that have plagued the country in recent years, as well as the main causes of the political and economic crisis in the Central Plateau [Brasília].

Keywords: Brazil, Capitalism, Structural Crisis.

RESUMEN

Este artículo trata de hacer un análisis de coyuntura de Brasil en el período posterior al proceso de redemocratización, destacando las crisis estructurales y político-económicas que asolaron el país en los últimos años, así como los principales vectores que le dieron impulso a la crisis política y económica en el gobierno central.

Palabras-clave: Brasil, Capitalismo, Crisis Estructural.

INTRODUÇÃO

Para analisarmos a realidade social de qualquer sociedade ou mesmo situações, torna-se necessário fazermos uma análise de conjuntura dos principais acontecimentos que marcam qualquer período. De modo geral, deve-se acompanhar ativamente o desenrolar dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais, evidenciando os principais acontecimentos e situações que ocorrem num determinado tempo. Souza

(1984) nos adverte que não basta apenas estar atento às notícias veiculadas nos principais jornais e na mídia; é necessário identificar os ingredientes, atores e interesses que estão em jogo.

Antes de tomarmos qualquer decisão, seja ela pessoal ou coletiva, é necessário avaliar as situações, com vista aos nossos interesses e necessidades. Nessas decisões buscamos nos informar, avaliar as possibilidades, fazer hipóteses de desenvolvimento dos fatos, das relações possíveis das pessoas ou dos grupos envolvidos, medirmos a “força” ou o perigo da tomada de decisão, enfim, partir de um conjunto de conhecimentos, informações e avaliações para não cairmos em equívocos (SOUZA, 1984).

Segundo Souza (1984, p. 08),

[...] a análise de conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse. Nesse sentido não há análise de conjuntura neutra, desinteressada: ela pode ser objetiva, mas estará sempre relacionada a uma determinada visão do sentido e do rumo dos acontecimentos.

Ela não é somente parte da arte política, mas sim um ato político. É uma tarefa complexa e exige conhecimento detalhado de todos os elementos e fatores que compõem certa realidade, o que implica numa capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações tendenciais e partir de dados e informações (idem, ibidem).

Primeiramente, é importante distinguirmos fatos de acontecimentos e, depois, distinguir os acontecimentos segundo a sua importância. Por exemplo, um beijo pode ser um fato comum, mas o “beijo de Judas” foi um acontecimento que apresentou uma série de significados importantes.

O mérito e o peso de um acontecimento é sempre relativo e depende, sobretudo, da ótica de quem analisa a conjuntura. Para uma análise de conjuntura de um determinado momento histórico, torna-se necessário perceber quais as forças, os movimentos, as contradições e as condições que geraram os conflitos sociais. Na maioria das vezes, percebemos diretamente o fato, mas o pano de fundo e a trama dos acontecimentos que o produz nem sempre fica claro.

Portanto, há a necessidade de observar os sinais que esses acontecimentos geram ou podem gerar em sua essência. De outro modo, é analisar a relevância dos elementos que não estão aparentes, as relações de forças que movem os acontecimentos e as manifestações dos novos acontecimentos. É buscar o fio condutor e procurar entender a

lógica interna de um determinado fato, o movimento político, social e econômico para entender o sentido, as ações e até mesmo os possíveis desdobramentos.

É interessante ainda observar as articulações e dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais dos fenômenos, dos acontecimentos, dos atores e das forças sociais envolvidas. A análise de conjuntura não pode ser realizada de modo a determinar relações de causalidade deterministas, linear ou simples, mas, sim, as ações políticas, econômicas, culturais e sociais que impulsionam a realidade, as transformações e as mudanças para o surgimento de algo novo. Por isso, a imprevisibilidade está sempre presente. A análise de conjuntura deve sempre estar aberta a descobertas de várias possibilidades e alternativas.

Outro elemento a destacar é o cenário, ou seja, as ações da trama social, política, cultural e econômica num determinado espaço ou conjuntura. Desse modo, o cenário pode se deslocar de acordo com o desenvolvimento de lutas, movimentos, manifestações sociais e fatores sociais. É importante saber definir os antecedentes dessas lutas e qual a direção que irão tomar.

Além disso, é necessário definir quem são os atores sociais (grupos políticos, partidos, classe, país etc.) que encarnam uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma denúncia, uma promessa, uma insatisfação ou descontentamento social. No cenário no qual a luta de classes é uma realidade, o recorte de classe social e de onde partem as ações é fundamental e, num cenário em que essas ações são políticas, é preciso, ainda, detectar os verdadeiros interesses.

O confronto, a coexistência ou cooperação demarcam outra categoria para a realização de uma análise de conjuntura: a relação de forças. Classes sociais, grupos, enfim, diferentes atores sociais estão sempre em relação uns com os outros. Relações estas que, na maioria das vezes, implicam antagonismo, confrontação ou interesses. A relação de forças sofre mudanças permanentes de acordo com os interesses econômicos e políticos principalmente.

Se observarmos, por exemplo, alguns indicadores, quantitativos e/ou qualitativos, como numa eleição, por exemplo, poderemos observar que a quantidade de votos indicará a relação de força entre partidos, grupos e classes sociais. Contudo, é importante verificar aqueles que estão menos visíveis e qual é o movimento social ou partido político emergente que está em vantagem com relação a outros que estão em desvantagem.

Por último, devemos observar a articulação entre estrutura e conjuntura, ou seja, analisar os fatos, os eventos, os acontecimentos, o pano de fundo, enfim, a estrutura dos acontecimentos. Estes, por sua vez, geram situações que definem uma conjuntura e têm relação com a sua historicidade, com o passado, com as relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas ou determinadas durante um processo mais longo, ou seja, a estrutura prevalente.

Se analisarmos um determinado quadro de seca no Nordeste brasileiro, por exemplo, poderemos demarcar uma conjuntura social grave, contudo, os fatores que levam a essa análise podem variar em função da estrutura fundiária, as políticas envolvidas, os atores envolvidos, as relações de força, os interesses, enfim, uma série de elementos que interferem, sobremaneira, no problema da seca que atinge uma grande população.

A estratégia e a tática são também instrumentos úteis para a análise da ação dos diferentes atores sociais. A estratégia diz respeito à articulação, definição de um conjunto de meios, de forças e de elementos, tendo em vista a realização de determinados objetivos gerais ou projeto que corresponda aos interesses e objetivos particulares ou sociais, econômicos e políticos de determinadas forças ou classes sociais.

A tática, por sua vez, diz respeito aos meios, formas particulares e concretas de ações, tendo em vista a realização de estratégias determinadas. Tais elementos irão demonstrar os campos de confronto existentes num determinado momento ou acontecimento histórico.

Assim, este artigo busca fazer uma análise de conjuntura do Brasil pós-processo de redemocratização, destacando as crises estruturais e político-econômica que tomaram conta do país nos últimos anos, bem como os principais vetores que impulsionaram a crise política e econômica no Planalto Central.

“DE OLHO NESSA METAMORFOSE AMBULANTE”

Desde 2008, um número considerável de manifestações sociais começou a eclodir em várias partes do globo. Essas manifestações sociais foram causadas, em sua maioria, pelo agravamento das condições de vida provocado pelos ajustes fiscais e financeiros para a manutenção do poder hegemônico do capital. Além disso, o avanço de políticas

neoliberais e de uma ofensiva conservadora, muitas vezes, embalada pelo reacionarismo fundamentalista religioso, tem sido a mola mestra do clima de descontentamento generalizado.

No Brasil, políticas de recessão, de criminalização dos movimentos e das manifestações sociais e políticas de austeridade impostas por governos que buscam manter o poder hegemônico do capital sobre a vida social, impiedosamente, massacram a população trabalhadora, principalmente nos grandes centros urbanos onde as condições de vida e de trabalho apresentam-se mais pauperizadas e precarizadas.

Contudo, essa situação não é particularmente uma expressão das crises que têm evoluído no Brasil, mas, sim, as crises internas espelham um momento de crises generalizadas ao redor do mundo e que, sobremaneira, tem sua raiz na crise estrutural do capital.

De modo geral, essa crise não só tem afetado a população mundial, mas também tem comprometido, significativamente, as condições de sobrevivência no e do planeta. Poluição, desmatamentos, devastações, extração exacerbada dos elementos naturais, aumento de produção, enfim, uma série de fatores que implica mudanças climáticas, cataclismos, tsunamis, entre outros fenômenos muitas vezes provocados pela ação humana e que afetam diretamente as leis gerais da natureza. Além disso, as imprudências humanas levam a desastres descomunais que afetam centenas de vidas.

Mészáros (2015) aponta que somente mudanças radicais nas bases substantivas e estruturais do sistema e da lógica do capital, na direção de uma proposta *socialista*¹, de modo a criar a “necessidade radical” de derrubar este sistema, é que podem evitar o colapso total do planeta.

Nessa onda avassaladora de destruição, a natureza tem-se tornado puro objeto para a exploração e dominação humana, deixando de ser reconhecida enquanto “poder em si”, e o próprio conhecimento científico e teórico das suas leis próprias aparecem “[...] unicamente como ardil para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção” (MARX, 2011, p. 334).

¹ Michael Löwy tem levantado bandeira na defesa de uma proposta de *ecossocialismo* que implica destruir o aparelho do Estado e criar outro tipo de poder. O *ecossocialismo* é uma proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, atrelada à reflexão marxista. Essa proposta implica a reorganização do modo de produção e de consumo, baseado nas necessidades reais da população e na defesa do equilíbrio do ecossistema.

O capitalismo está fundamentado na produção de valor excedente, na acumulação de capital, na luta de classes e no trabalho assalariado. O aumento progressivo e o desenvolvimento das forças produtivas requerem, sobremaneira, que o círculo de consumo se amplie no interior da circulação de modo que também se alargue o círculo produtivo (MARX, 2011).

Marx (2011) já apontava que a ampliação quantitativa do consumo implicaria, concomitantemente, a criação e ampliação de novas necessidades e de novos valores de uso. Contudo, esse aumento desenfreado e irracional cria uma “ameaça permanente à dinâmica da acumulação contínua”, gerando frequentes períodos de crises (HARVEY, 2014, p. 363).

Essa crescente inadequação do desenvolvimento produtivo, nos dizeres de Marx (2011), manifesta-se em agudas contradições, crises, convulsões e destruição violenta pelo capital. Desse modo, a dinâmica do sistema capitalista está sujeita à lógica destrutiva das crises cíclicas² e periódicas do capital.

Com relação às políticas estatais, o capitalismo exige que os Estados adotem medidas para facilitar sua exploração por meio de políticas protecionistas e de investimento na indústria pesada e bélica, principalmente, além de facilitar a permanência dos grandes conglomerados de capital transnacional, dada a necessidade de expansão do capitalismo.

A interdependência internacional dos processos de crises, enquanto fenômeno mundial interferem, significativamente, na dinâmica política e socioeconômica dos Estados nacionais. Além disso, a concentração de capital aumenta o poder do patronato no que se refere à organização da classe operária, o que contribui, ainda, para o processo de renovação e ampliação da hegemonia burguesa.

De modo geral, o Estado, para Sweezy (1983) é um dos fatores que modelam a forma limitada de aplicação de princípios econômicos a qualquer conjunto de condições reais. Além disso, com o avanço do poderio capitalista, houve expressivas alterações na substância dos regimes políticos. Tais alterações implicavam o aumento do militarismo, o

² Entendemos que os momentos de crises do capital não implicam necessariamente o fim do capitalismo, mas a busca de soluções bruscas para o restabelecimento da normalidade do próprio sistema que volta ao seu eixo destrutivo e contraditório. Em outras palavras, Marx já apontava que os momentos de crises criam condições para um novo processo, muitas vezes, mais avassalador de acumulação de capital e de exploração do *sobretalho*. Tal movimento implica o caráter cíclico dessas crises.

aumento dos organismos repressivos, a coerção das forças em “defesa da ordem”, o aumento do sistema prisional, dos órgãos de vigilância política e, conseqüentemente, o aumento da violência, de modo que o emprego de métodos repressivos são uma constante contra os movimentos revolucionários, contra-hegemônicos e na organização da sociedade civil.

O AVANÇO DA OFENSIVA NEOLIBERAL E A CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

De acordo com Abramides (2006, 220), o “[...] Consenso de Washington em 1989 estabelece um conjunto de medidas para a implantação do projeto neoliberal no continente [latino-americano] sob a determinação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), do Banco Mundial e do governo norte-americano”.

Como se observa, o processo de financeirização do capital e o imperialismo norte-americano comandam as determinações da macroeconomia de subordinação ao capital financeiro internacional nos países latino-americanos, o que facilitou, sobremaneira, a dependência e submissão dos países periféricos ao imperialismo dos Estados Unidos. Os efeitos do Consenso de Washington registraram amplo consenso sobre as reformas iniciadas pelos países da América Latina, sobretudo, no Brasil e Peru, com o intuito de conceder condições para a “[...] cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral” (BATISTA, 1994, p. 06).

[...] A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida, vigorosamente, a partir do começo da Administração Reagan nos Estados Unidos, com muita competência e fortes recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano. Acabaria cabalmente absorvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como de sua iniciativa e de seu interesse fosse (idem, ibidem).

As ações implementadas pelo Consenso de Washington, de acordo com Abramides (2006, p. 221), foram: disciplina fiscal, estabilidade monetária, redução dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira e comercial, alteração de taxas de câmbio, investimento direto estrangeiro, privatizações, desregulamentações e propriedade intelectual.

[...] A investida do grande capital em sua ofensiva neoliberal é viabilizada pela abertura de novos espaços de exploração do capital privado e de destruição das políticas sociais públicas estatais duramente conquistadas pelas massas trabalhadoras (idem, ibidem).

Os efeitos da crise estrutural do capital são sentidos peremptoriamente nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, o que levou a uma privatização acelerada das empresas estatais em terras brasileiras.

Fazer uma análise de conjuntura do Brasil nos últimos anos requer levar em conta a sua formação social fundamentada nas “[...] relações sociais de produção burguesa, tendo como base uma economia capitalista consolidada e uma superestrutura política, jurídica e ideológica que expressa o domínio e a hegemonia burguesa” (IASI, 2017, p. 280). Além do mais, o desenvolvimento do país se caracteriza pela centralidade e pela concentração da produção ligada aos “[...] monopólios inseridos de forma dependente e integrada ao sistema imperialista mundial” (idem, ibidem).

Levando-se em consideração, no Brasil, a herança reformista conservadora da autocracia burguesa, suas particularidades históricas da formação social capitalista³, sobretudo, com a constituição de um quadro caracterizado pelo período colonial-escravocrata, que se assentou sob um débil modelo agrário-exportador e a “[...] inexistência de condições históricas para o surgimento de uma burguesia revolucionária, [...] o liberalismo apresentou-se com sua face conservadora e reacionária” (MAZZEO, 2015, p. 105).

[...] O bonapartismo-colonial, como aspecto do fundamento autocrático dominante, engendrado ontologicamente pela formação histórica-particular do Brasil. O bonapartismo-colonial aparece, desse modo, como o elemento de consolidação política de uma sociedade extremamente autocrática, comandada por uma burguesia débil e subordinada aos polos centrais do capitalismo, para o qual a *sociedade civil* se restringe aos que detém o poder econômico, e as massas trabalhadoras constituem a ameaça constante aos seus interesses de classe. O bonapartismo-colonial será o articulador de uma política de Estado manipuladora e alijadora das massas populares; será, enfim, a encarnação e a gênese da autocracia burguesa do Brasil (idem, p. 113).

Para Netto (2005, p. 27-28),

[...] o Estado erguido no pós-64 teve por funcionalidade assegurar a *reprodução de desenvolvimento dependente e associado*, assumindo, quando intervém

³ Apesar da ampla bibliografia sobre a formação socio-histórica do Brasil, indicamos para seu aprofundamento, a obra de Schawarcz e Starling (2015), *Brasil: uma biografia*, para o seu aprofundamento.

diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediante os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (e não é infrequente que a coordenação se dê também por incapacidade de competir).

A passagem do período ditatorial militar para o período democrático, no Brasil, foi fruto de uma estrutura estatal contrarrevolucionária e de vinculação ao imperialismo norte-americano. O processo se deu mediante uma decisão democrática, mas que não dissolveu o caráter dissimulado do *Estado autocrático burguês* no que diz respeito a garantir os interesses do capital monopolista no país.

O período pós-ditadura burgo-militar iniciou num clima de muita frustração e pouca novidade. Com a morte do presidente eleito, Tancredo Neves, quem assumiu foi o seu vice José Sarney.

[...] Como outros políticos brasileiros, Sarney encarnava um novo tipo de coronel, que, se já não vive no velho sistema da Primeira República, conserva algumas de suas práticas: inadaptação às regras democráticas, convicção de estar acima da lei, incapacidade de distinguir o público do privado, e usos do poder para conseguir empregos, contratos, subsídios e outros fatores para enriquecimento próprio e da parentela (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 487).

Contudo, o processo de redemocratização do país possibilitou que uma Assembleia Constituinte fosse instaurada em 1987, o que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Apesar de seus avanços, conservou intocada a estrutura agrária, permitiu a autonomia das Forças Armadas, derrubou a proposta da jornada de trabalho de quarenta horas, enfim, era “[...] fruto do seu inevitável enquadramento histórico” (idem, p. 489).

Como representante da autocracia burguesa neoliberal, Sarney tentou controlar as taxas elevadas da inflação, o índice decrescente de sua popularidade e o aumento das denúncias de corrupção.

O fracasso do primeiro plano econômico (Plano Cruzado) para a estabilização da economia não permitiu a queda da inflação. Foi necessária uma série de medidas para equilibrar os ânimos nacionais, como a criação do seguro-desemprego, garantia de abono salarial de 8% e um aumento de 15% no salário mínimo, mas que apenas permitisse corrigir as perdas salariais e repor a inflação.

Outra medida de ajuste da economia foi o congelamento de preços, pois a alta da inflação não permitia que as pessoas programassem seus orçamentos, além de outros

gastos. A estabilidade momentânea gerada por essas medidas durou pouco. O plano tinha prazo de validade, sua engenharia demandava ajustes, o que culminou com outro vilão da economia: o ágio, um sobrepreço ilegal que levou os brasileiros a pagarem mais por qualquer produto.

O Plano Verão, em 1989, elevou as tarifas dos serviços públicos, descongelou os preços e autorizou os aumentos. Com a hiperinflação batendo às portas, houve um descrédito do governo Sarney, o que fez com que, nas eleições diretas para a presidência, subisse ao poder um candidato novo, considerado o “salvador da pátria”. Fernando Collor de Mello, com sua propaganda de “caça aos marajás”, conquistou os eleitores. Contudo, no segundo turno, seu opositor ganhou destaque. O candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva teve 46% das intenções de voto, enquanto Collor ficou com 47%, o que permitiu uma disputa acirrada.

A eleição de 1989 só se definiu na última semana. Com o apoio das Organizações Globo, Collor ganhou destaque nacional, enquanto a mídia atacava o candidato do PT, associado à desapropriação de imóveis e ao confisco das cadernetas de poupança, numa falsa ideia de comunismo.

Collor ganhou as eleições com 50% dos votos contra 47% de Lula. Tomou posse no dia 15 de março de 1990 e logo em seguida iniciou seu plano de ajustes da economia, conhecido como Plano Collor, mas o pior ainda estava por vir.

As medidas adotadas por Collor levaram ao confisco de parte do dinheiro das contas correntes, das aplicações financeiras e das cadernetas de poupança, com a promessa de devolução em 18 meses. Além disso, os salários foram congelados, as tarifas de serviços públicos sofreram aumento e o Banco Central decretou feriado bancário de três dias: “[...] os jornalistas calculavam que o país tinha, em conta corrente, aplicações e poupanças cerca de 120 bilhões de dólares e perceberam alarmados que o governo estava confiscando 95 bilhões de dólares – 80% de todo o dinheiro que circulava nos bancos” (idem, p. 493).

A instabilidade econômica atingiu a vida do povo brasileiro. O consumo caiu, trabalhadores ficaram desempregados, empresas quebraram, o país perdeu a capacidade de poupar, o que levou à população a longas prestações. É evidente que seria impossível sair dessa situação em curto ou longo prazo.

A crise econômica se tornou endêmica e as lutas sociais por reajustes salariais eclodiram pelo país afora. O projeto neoliberal ainda previa a privatização de empresas estatais, fechamentos de autarquias e fundações e a abertura do país ao mercado internacional. A propaganda de Collor de “caça aos marajás” revelou-se uma falácia diante do anúncio de uma onda de corruptos que começou a ser desvendada. As ruas foram tomadas pedindo o *impeachment* do presidente. As manifestações populares dos “caras pintadas” entraram para a história com as seguintes palavras de ordem: “Fora Collor” e “Impeachment Já!”

Em 1992, Collor foi afastado da presidência e teve seus direitos políticos cassados por oito anos. O seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência com uma tarefa hercúlea pela frente: colocar o país nos trilhos. O Brasil experimentava, paradoxalmente, uma democracia com as injustiças sociais. A violência policial, a parcialidade da Justiça, a ausência de políticas públicas, a falta de oportunidade para as famílias pobres, o desemprego estrutural, enfim, situações costumeiras de um período categoricamente de arroxo econômico e instabilidade política, típico dos períodos de recessão.

[...] Depois de trocar o ministro da Fazenda por três vezes, o presidente convidou Fernando Henrique Cardoso para o cargo e encomendou-lhe um novo plano econômico. A encomenda provocava frio na espinha do governo – entre 1980 e 1993, o Brasil teve quatro tipos de moedas, cinco congelamentos de preço, nove planos de estabilização econômica e onze índices diferentes para medir a inflação (idem, p. 496).

Um plano foi posto em ação: o Plano Real, um “[...] indexador de inflação que ganhou a confiança da população” (idem, p. 497). A população desconfiada queria uma moeda estável, forte, ou que se igualasse ao dólar e lhe permitisse planejar o futuro. Tais expectativas, conjugadas com o apoio da autocracia burguesa e uma série de propagandas positivas veiculadas pela grande mídia, levaram o candidato da posição, Fernando Henrique Cardoso, a ganhar as eleições de 1994.

Contudo, todo esse processo foi concebido tendo como gerenciador o Banco Mundial. De acordo com Abramides (2006, p. 243), o governo FHC imprimiu “[...] a estabilização monetária como uma das medidas centrais dos ajustes macroeconômicos de reestruturação do capital para a América Latina, sob a chave de uma resolução para os problemas sociais do país”.

Essas estratégias do capital e do neoliberalismo foram necessárias para permitir a financeirização da economia e alimentar a mundialização do capital. O capitalismo tem levado os governos dos Estados nacionais a implementarem medidas que favoreçam a acumulação do capital.

Segundo Carinhato (2008), a década de 1990 sintetizou as acepções que buscavam equalizar o apoio econômico e, simultaneamente, favorecer a abertura de espaço para a acumulação do capital. É fácil perceber como o país foi sendo sugado pela nova etapa do capitalismo financeiro mundial.

Há de se ressaltar a chancela do FMI e do Banco Mundial nesse processo, aumentando os empréstimos e alongando os prazos para o pagamento das dívidas dos países periféricos. Ademais, o processo de reordenamento do Estado permitiu que a sua capacidade de regular os fluxos de capital e de mercadorias da circulação internacional fosse reduzida, abrindo as portas para que o mercado controlasse cada vez mais a economia.

Behring e Boschetti (2008, p. 153) apontam que a privatização do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não-obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, “[...] levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial”.

Outro aspecto relevante a considerar foi a criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como a regulação de serviços e políticas públicas. Por sua vez, também se alterou a organização política da sociedade civil.

Não pretendemos fazer um balanço minucioso sobre as mudanças ocorridas neste período; é apontar os principais fatores que colaboraram para uma reação em cadeia de parte significativa da população brasileira de irem às ruas nos últimos anos.

Poderíamos perguntar sobre a reação da esquerda frente a esse processo. É bem verdade que ela não ficou calada, mas não conseguiu aglutinar forças sociais para sua ascensão. Contudo, há de se destacar o seu papel nos processos de oposição frente à *ofensiva neoliberal* e em conquistas importantes, como por exemplo, o reconhecimento da Assistência Social enquanto política pública e inscrita no campo da Seguridade Social, as conquistas constitucionais, Estatuto da Criança e do Adolescente, implementação e defesa dos direitos humanos e sociais nas agendas de luta e resistência, entre outras.

Sem sombra de dúvida que os aspectos econômico-financeiros e políticos afetam a vida das pessoas no cotidiano, sobretudo daquelas que vivem em situação de assalariamento ou mesmo àqueles que estão em situação de pobreza, miserabilidade, vulnerabilidade e risco social. As mudanças bruscas e desordenadas alteram significativamente o planejamento, desejos, aspirações e ações das pessoas.

A entrada no século XXI foi de intensa mobilização tanto no âmbito social como no interior do Serviço Social brasileiro. Barroco (2011) assinala que a categoria profissional precisava refletir e debater sobre as bases do projeto ético-político-profissional, aglutinar forças para o enfrentamento do neoconservadorismo, lutar contra a precarização das condições de trabalho e da formação profissional que carecia de maior preparo técnico e teórico, crítico e propositivo frente à alienação, contra o medo social, a violência em suas diversas manifestações, de modo a aprofundar os debates na direção da ética e dos Direitos Humanos.

Essas forças aglutinadoras deveriam, ainda, ir contra a burocratização, pragmatismo, imediatismo e alienação do trabalho profissional, enfrentando o discurso dominante pós-moderno e a naturalização e moralização da criminalidade, da violência e das expressões da “questão social”, de forma a desmistificar os seus pressupostos, mitos e irracionalidades históricas.

Colocava-se na agenda do dia a necessidade de estudos e pesquisas que desvelassem as demandas sociais, políticas, econômicas e profissionais da realidade brasileira. Assim, para não aderir às orientações conservadoras, era necessário ampliar o campo das lutas sociais. Voltaremos a esse panorama mais adiante.

Behring (2003) sustenta que esse período se caracterizou por uma “verdadeira contrarreforma”, na medida em que são observados seus aspectos sobre as expressões da “questão social” e que se expressam, sobremaneira, na vida cotidiana das pessoas e nas relações de trabalho.

[...] As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade (BEHRING, 2009, p. 72).

Nos anos finais da década de 1990, assistimos a um quadro desolador. Do ponto de vista social, o projeto que visava acabar com a pobreza, com os programas de

transferência de renda e as desigualdades sociais por meio da estabilização da economia teve efeito contrário.

Fernando Henrique conseguiu reconstruir as instituições e abrir as portas para o mundo sobre as potencialidades brasileiras. O Brasil começava a se tornar uma grande potência mundial, contudo, a que preço? Como?

O Brasil abria as portas para o século XXI com taxas insignificantes de crescimento, endividamento dos setores públicos e privados, crescimento da pobreza, das desigualdades e do desemprego, além do predomínio do capital especulativo.

A pobreza é um fenômeno complexo, multidimensional, estrutural, que não pode ser considerado mera insuficiência de renda, pois é também relativo à desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida e ao baixo nível cultural e social. Além disso, inclui o não acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho, à cultura e a uma renda digna.

Falar de pobreza é falar do produto das relações sociais que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural. O Brasil tem forte relação histórica e social com a pobreza, tratada muitas vezes como um fenômeno natural ou moral. Porém, ela decorre, em grande parte, de um quadro de extremas desigualdades, tendo como principal característica a profunda concentração de renda nas mãos de poucos. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda do mundo.

Diversas pesquisas revelam que o Brasil é um país de extrema desigualdade social e também um paraíso tributário para os “super-ricos”, que combinam baixo nível de tributação sobre aplicações financeiras, uma das mais elevadas taxas de juros do mundo e uma prática pouco comum de isentar a distribuição de dividendos de imposto de renda na pessoa física, conforme aponta o artigo na revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, de Sérgio Wulff Gobetti e Rodrigo Octávio Orair⁴, ambos economistas.

A concentração de renda brasileira supera a de qualquer outro país, sendo que os brasileiros “super-ricos” pagam menos impostos, em proporção à sua renda, do que o cidadão típico de classe média alta. A legislação brasileira isenta os lucros e dividendos distribuídos pelas empresas a seus sócios e acionistas. Além disso, o potencial distributivo do imposto de renda, medido em termos de queda no índice de GINI, é menor do que nos

⁴ Disponível em: <http://diplomatique.org.br/o-paraiso-dos-super-ricos/>, acesso em: 22/09/2017.

países mais desenvolvidos da América Latina, conforme apontam os economistas no artigo citado.

Além disso, enquanto os países mais desenvolvidos que o Brasil estão aumentando a taxação sobre os mais ricos e realizando ajustes fiscais, aqui nenhuma reforma fiscal e de taxação das grandes fortunas foi realizada nos últimos trinta anos. Nem mesmo os governos do PT foram capazes de colocar essa situação na pauta das discussões.

Somado a tudo isso, convivemos placidamente com a pobreza diariamente, como se ela fosse um fenômeno natural e de passividade daqueles que têm seu trabalho aviltado, que estão desempregados, ou mesmo empregados precariamente, e que convivem com a precarização intermitente, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo, problemas que anunciam os limites da condição de vida de muitas pessoas que são excluídas e subalternizadas na sociedade brasileira.

O acesso a bens e a serviços sociais foi historicamente instituído de forma desigual, heterogênea e fragmentária. Contudo, podemos considerar que, nos últimos anos, algumas iniciativas foram tomadas para atender às demandas mais urgentes daqueles que nada, ou quase nada, tinham para sobreviver como, por exemplo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que inaugurou um novo marco regulatório e que expressa a construção do conteúdo específico da assistência social e da proteção social brasileira. Apesar dos avanços que temos no campo da assistência social, os índices de desigualdade são alarmantes.

Repensar a questão da taxação das grandes fortunas e colocar em pauta a agenda da progressividade, já com certo atraso, é um dos grandes desafios colocados para o Brasil na atualidade. Infelizmente, com a crise política, que se arrasta no Planalto Federal e com a onda conservadora do Congresso Nacional, fica difícil enxergar uma solução.

Segundo Behring (2009b, p. 310), o Estado brasileiro em 2005 apresentava uma dívida pública de cerca de 1 trilhão de reais, com um pagamento de 139 bilhões de serviço da dívida, sendo que o gasto social não passou de 80,3 bilhões de reais.

O que se observou nesse período foi o “[...] esvaziamento das instituições democráticas, por uma lógica economicista, autoritária e tecnocrata, assumida pelos poderes executivos, cuja maior expressão são as práticas decretistas” (idem, p. 310).

No campo da sociedade civil, o que se observou foi um voluntarismo/solidarismo travestido de responsabilidade social, principalmente por parte de grandes empresas e que se reitera cotidianamente na propaganda desse modelo pela grande mídia nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENFIM, AONDE VAMOS PARAR?

Ao fazer essa rápida retrospectiva, apresentando os principais fatos e acontecimentos que marcaram a última década no Brasil, notamos a importância do peso das crises que o país vem enfrentando, principalmente pela crise político-econômica que paira sobre a nação.

Este cenário desafiador de ações e de tramas sociais, políticas e econômicas tem implicação direta na vida de milhões de pessoas, que têm visto o campo das suas carências e necessidades ser minado por ajustes econômicos, arroxo salarial, desemprego estrutural, entre outros fatores que interferem diretamente na sua vida cotidiana.

Em contrapartida a sociedade tem revidado por meio de lutas e manifestações sociais, prioritariamente compostas por jovens estudantes e trabalhadores de uma classe em ascensão (o precariado, mas não somente) e que, de certo modo, produz instabilidade na sociedade. Essa classe muitas vezes encontra-se como vítima desse processo, outras vezes se sente revoltada e frustrada pelas condições que lhe são impostas pela lógica do capital. Perigosa, porque, em grande medida, está dividida internamente e, com isso, pode-se deixar influenciar por fantasias e fetiches do capitalismo, ou mesmo pelo dinheiro, pelo poder e pela posse.

A ação de protestar, na forma de democracia direta, tem-se espalhado, mesmo não tendo a mesma aglutinação de forças nas chamadas “jornadas de junho de 2013”. Estas, por sua vez, dispensaram grupos e partidos políticos, lideranças ou movimentos sociais, posicionaram-se como atores sociais policlassistas, pluriclassistas, heterogêneos e emblemáticos, constituindo-se como uma massa de indignados e insatisfeitos com os rumos que o país tomou, espelhando uma realidade difusa e controversa, muito diferente de outros momentos da história nacional.

A aglutinação de relações de força, principalmente via Redes Sociais, mas não somente, levou às ruas milhares de pessoas, marcadas pelo confronto, a coexistência, a resistência, a truculência e a violência das forças armadas e de grupos de direita e de

extremistas, deixando o país fragmentado e esgarçado entre dois polos bem distintos e que acirraram a luta de classes, o que implica antagonismos, confrontações e interesses bem determinados.

Os indicadores, qualitativos e quantitativos, apresentaram um perfil claro e determinante das manifestações populares, além de demonstrar os índices e a estrutura do poder e das consequências que o lulismo e temerismo trouxeram para o país.

A estrutura conjuntural desses eventos foi marcada pelos interesses do capital e da mídia manipuladora e pela disputa de poder. No cenário internacional, a crise do capitalismo e o imperialismo avançam por todos os lados, levando ao seu esgotamento e à barbárie.

Presenciamos as estratégias e as táticas da direita ultraconservadora na manobra dos acontecimentos e na correlação de forças para se manter no poder. Por outro lado, também presenciamos as estratégias e táticas da sociedade civil no sentido de aglutinar forças para lutarem pelos seus desejos, direitos, interesses e necessidades.

Como palco dos acontecimentos, as ruas, avenidas e praças foram tomadas e continuam sendo tomadas por milhares de manifestantes, numa demonstração de que o espaço público deve se constituir numa grande *ágora* representativa e de direito para que a população possa se manifestar.

Não vamos adentrar as manobras e contradições pós-*impeachment*, até porque acreditamos ser este um novo capítulo “temeroso” na nossa história, mas podemos recorrer a alguns textos bem esclarecedores sobre este assunto, contidos no livro *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*, lançado recentemente pela Boitempo, sob a organização de Ivana Jinking, Kim Doria e Murílo Cleto (2016). Também não sabemos como será o desfecho deste intrincado, complexo e dinâmico processo histórico. Não sabemos qual será a realidade política e econômica desse país para o ano de 2018, pois as propostas estão em aberto. Somente o tempo dirá.

São esses acontecimentos que geraram diversas análises entre intelectuais, jornalistas, cientistas políticos, economistas, enfim, formadores de opinião nos últimos anos. Acontecimentos que marcaram não só a história deste país, mas também a história de vários países ao redor do mundo desde 2012.

Diante deste cenário, de um mundo que parece desabar, para muitos, só mesmo apelando para a resiliência⁵ ou para a dramaturgia dos enredos das telenovelas que nos mostram descaradamente a sonegação, os paraísos fiscais, o roubo de documentos, a corrupção, o mundo do narcotráfico, entre outros assuntos, como se fossem apenas enredos de telenovelas, serialidade dominada pela “consciência reificada”, conforme aponta Mauro Iasi (MARICATO, 2013, p.42).

Por outro lado, enquanto a mídia faz o papel do “mocinho bonzinho”, que denuncia e desvela a impunidade e a corrupção, atua como vilã, induzindo ao consumismo desenfreado, aos estereótipos mais diversos e ao fetiche do capital, sem falar na promiscuidade ideológica e política que se esconde sob a falácia de uma instituição que está a serviço do bem comum, mas que serve aos interesses do “grande capital”.

Agnes Heller (1986) defende que somente a ação mobilizadora dos movimentos sociais e a organização da sociedade civil, numa proposta socialista democrática, é que pode alavancar as mudanças decorrentes, contudo, as lutas sociais devem estar focadas numa perspectiva anticapitalista, anti-imperialista e de supressão da lógica do capital, conforme expusemos aqui.

Entretanto, como auxiliar na organização dos diversos movimentos sociais? Como visualizar uma nova sociabilidade? Como é possível sair desse estado de alienação/alienante no qual estamos todos subsumidos aos apelos do capital? É possível materializar na vida cotidiana um projeto revolucionário e emancipatório em que os valores sejam verdadeiramente humanos? Será possível viver numa sociedade “para além do capital”? Somente a História responderá a essas interrogações.

Nesse sentido, observou-se ainda que mesmo as manifestações populares, que lutam pela igualdade, liberdade e emancipação, podem ser transformadas em embates políticos carregados de ideologias moralistas, fundamentalistas, ultraconservadoras, despóticas e violentas, de outra maneira, em lutas pluralistas e reacionárias, fruto de uma consciência reificada à moda do capitalismo.

⁵ De acordo com Junqueira e Deslandes (2003, 228), resiliência é entendida como uma “reafirmação da capacidade humana de superar adversidades e situações potencialmente traumáticas”, ou seja, a capacidade de superar frustrações e/ou situações de crise e adversidades.

As ações de sujeitos individuais, que ainda não se autoafirmaram, autorrealizaram e se autolibertaram, podem reproduzir acriticamente os mesmos sistemas consuetudinários ou até mesmo atitudes ultrageneralizadoras que impedem a emancipação dos segmentos sociais que buscam apresentar uma alternativa possível para a superação dessa lógica destrutiva do capital.

Contudo, há nesse processo, expressões de resistência nos diversos movimentos sociais e nas diversas esferas heterogêneas da sociedade civil que, embora sobrevivam aos embates conservadores e dogmáticos, buscam a possibilidade de emancipação desses segmentos, colocando-se na arena das lutas sociais de modo crítico, propositivo e revolucionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a orientação do Prof. Dr. José Paulo Netto. São Paulo: PUC-SP, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 106. São Paulo: Cortez, abr./jun. 2011, p. 205-218.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino americanos**. 1994. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>, acesso em: 01/08/2017.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 2).

BEHRING, Elaine Rossetti. **Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil**. Em: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009, p. 69-86.

_____. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARINHATO, Pedro Henrique. **Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil**. Revista Aurora, ano 11, nº 3. Marília: Unesp, dezembro de 2008, p. 37-46. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_misclanea_01.pdf, acesso em: 08/08/2017.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. Trad. J. F. Yvars. Prólogo de P. A. Rovatti. Barcelona: Península, 1986.

IASI, Mauro Luís. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

JUNQUEIRA, Maria de Fátima Pinheiro da Silva; DESLANDES, Suely Ferreira. **Resiliência e maus-tratos à criança**. Caderno Saúde Pública. Rio de Janeiro, 19(1), p. 227-235, jan-fev, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n1/14923.pdf>, acesso, agosto, 2013.

MARICATO, Ermínia [et. al...]. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboço da crítica da economia política**. Trad. Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2011.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, Istvan. **A montanha que devemos conquistar: reflexões a cerca do Estado**. Trad. Maria Izabel Lagoa. Rev. Nélio Schneider São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social; uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de Economia Política Marxista**. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

VERONEZE, Renato Tadeu. **“LIBERDADE AINDA QUE TARDIA”**: Agnes Heller e a teoria das **“necessidades radicais”** frente à **devassa da devassa brasileira**. Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social, sob orientação da Profª. Drª. Maria Lúcia Martinelli. São Paulo: PUC-SP, 2018.